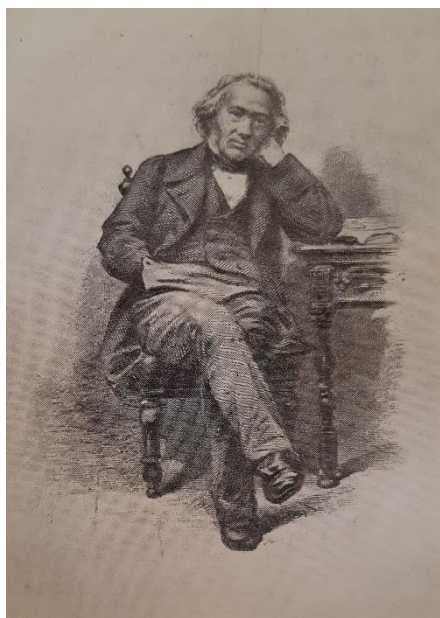


Richard Cobden

A sua vida e a sua obra



Francisco António Correia



Richard Cobden

A sua vida e a sua obra

Assim como Adam Smith se inspirou nos princípios proclamados pela Escola Fisiocrática para formular a sua “teoria” do comércio internacional, Bastiat procurou, do mesmo modo, depurar as doutrinas dos economistas franceses dos seus exageros e atacou inexoravelmente todos os privilégios em que se baseava o sistema mercantil, para salientar as vantagens da nova concepção da liberdade de comércio, preconizada a fim de estabelecer a harmonia de interesses entre as diversas actividades económicas.

Cobden foi contemporâneo de Bastiat e a identidade de aspirações determinou entre ambos uma grande amizade que se tornou fecunda em resultados para a divulgação das novas doutrinas.

Bastiat era, nessa época, em França, o homem de gabinete, sugestionado por um luminoso anseio de paz social, por um desejo ardente de trabalhar pela felicidade dos povos, pretendendo fazer derivar o seu ideal dos progressos da ciência económica, para que ele contribuiu com o esforço infatigável de uma poderosa inteligência, que se apoiava na sua vastíssima erudição.

Cobden foi, na Inglaterra, principalmente o orador convicto e entusiasta, que soube galvanizar as multidões. Conseguiu impor-se aos homens que formaram a Liga Contra as Leis dos Cereais, na qual conquistou sem dificuldade uma situação de predomínio. Na Liga de Manchester continuou a ser ele o verdadeiro inspirador e, ao mesmo tempo, o mais esforçado dos seus associados.

Não possuía uma sólida preparação científica, mas esta era suprida por outras qualidades. Por este motivo, Léon Say, referindo-se a Cobden, diz: «Homem de acção, ele foi o *facto* de que Bastiat foi a *ideia*.»¹

Conferência realizada no dia 8 de maio de 1936, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, e publicada na obra *Ricardo Cobden: A sua vida e a sua obra*, de Francisco António Correia (Lisboa, 1936), de onde retirámos também a gravura da primeira página.

Transcrição: Eugénio Dias e Henrique Oliveira. Edição e revisão: Pedro Almeida Jorge.

¹ Léon Say, *Cobden*.

Com efeito, a ambos se deve principalmente o desmoronamento definitivo do edifício das velhas doutrinas económicas; não para deixarem no seu lugar o caos, mas para as substituírem por outras, fundadas numa moral internacional e no direito à vida por parte de todas as nações. A reacção dos interesses feridos e a da rotina, sempre adversa às inovações de toda a ordem, não diminuiram o ardor combativo dos dois lutadores que, sempre animados por um espírito de democracia, pela sinceridade das suas convicções, pelo sentido das realidades, não podiam deixar de triunfar.

O livre-câmbio foi um facto na Inglaterra em 1846; na França só pôde estabelecer-se em 1860, por meio do tratado de Cobden, que iniciou, na Europa continental, a nova política económica.

Em 1880, os Estados europeus começaram o seu regresso ao protecçãoismo, com excepção da Inglaterra, onde o livre-câmbio encontrou condições de estabilidade que o fizeram subsistir por três quartos de século. A sua aplicação coincidiu com a fase mais progressiva do comércio inglês. Isto nos explica a clarividência de Cobden, mas dá-nos também a conhecer a maneira como se formaram as profundas raízes que a nova doutrina criou na psicologia do povo britânico.

Foi preciso que a Grande Guerra e as crises económicas, que se lhe seguiram, viessem determinar modificações radicais na política comercial, tão intimamente ligada aos tempos áureos das grandes prosperidades do Império.

Apesar de tudo, muitos acreditam ainda, na Grã-Bretanha, que tais modificações são transitórias, porque nem os ensinamentos de uma longa experiência destruíram inteiramente a força da tradição que Cobden e os seus prosélitos conseguiram radicar na mentalidade do povo inglês.

Richard Cobden nasceu numa velha quinta solitária, chamada Dunford, a oeste de Sussex, em 3 de Junho de 1804. Os seus antepassados eram agricultores. Foi ele o quarto de uma família de onze irmãos e, ou por falta de qualidades administrativas da parte do pai ou, em consequência da crise que a Grã-Bretanha atravessava, nessa época, a quinta em que Richard Cobden havia nascido teve de ser vendida em 1814.

William Cobden, que assim se chamava o pai de Richard, ficou numa situação precária e viu-se forçado a separar-se de seus filhos, de cuja educação se incumbiram os avós, exceptuando justamente Richard. Este, menos feliz do que os irmãos, foi mandado por um cunhado de sua mãe para uma escola do

condado de York, onde se conservou dos 10 aos 15 anos, sem ver parentes nem amigos, maltratado, mal instruído e mal alimentado. Em 1819, o tio empregou-o no seu armazém de Old Change, mas as novas condições em que a vida de Richard passava a decorrer não eram invejáveis. Tanto o tio como a tia, no dizer do próprio Cobden, *não se contentavam com o seu reconhecimento, infligiam-lhe, em vez de lhe concederem, as suas bondades*; exigiam dele um servilismo impróprio do seu carácter, faziam-lhe as mais severas críticas, consideravam de mau augúrio a sua paixão pelos livros para o êxito na vida dos negócios. O seu descontentamento foi aumentando e, em 1822, dispunha-se a aceitar o lugar que lhe havia sido oferecido numa casa de Gand, mas apesar das vantagens que o novo lugar lhe trazia, viu-se forçado a recusá-lo porque o pai lhe fez sentir quanto o desgostava o abandono da casa do tio.

O amor de Cobden pela família manifestou-se sempre, não só junto dos pais que ajudava tanto quanto lho permitiam os seus magros recursos, mas ainda para com os irmãos, tendo protegido sempre os mais novos com paternal afecto.

Com a sua rara perseverança, com um bom humor inexcedível e com uma habilidade que se impunha aos seus companheiros de trabalho, Cobden, apesar da má vontade do tio, conseguiu conquistar a confiança dos seus chefes e de simples empregado passou a caixeiro viajante da casa.

As novas funções adaptavam-se admiravelmente ao seu carácter e permitiam-lhe desenvolver, embora numa esfera humilde, as extraordinárias qualidades de energia e sociabilidade que ulteriormente haviam de fazer dele «o mais activo e o mais persuasivo dos homens de Estado».²

Morley, que é sem dúvida o melhor dos seus biógrafos, diz: «os homens célebres que depois se tornaram seus amigos concordam em declarar que jamais conheceram pessoa em quem o desejo de saber e de aprender fosse tão poderoso. Não era uma curiosidade infantil e superficial. Não era o seco aparato de um estatístico, que organiza as suas tabelas. Não era uma erudição livresca, porque Cobden sentia que aquilo que vale mais a pena ser conhecido não se encontra nos livros. Não era, enfim, a curiosidade de uma inteligência especulativa; no entanto, veremos que os conhecimentos tão ardentemente procurados se

² John Morley, *La vie de Richard Cobden* (trad. francesa). [A obra original em inglês está disponível em: <https://oll.libertyfund.org/title/morley-the-life-of-richard-cobden>]

agruparam nele em volta dum conjunto de teorias e o conduziram a uma concepção filosófica do mundo moderno.»³

Em 1826, Cobden encontrava colocação idêntica à que exercia, na casa dum antigo chefe. Dois anos mais tarde estabelecia-se de sociedade com dois amigos sensivelmente da mesma idade, e, como ele, sem dinheiro, o que os levou a recorrer ao crédito, obtido facilmente, graças à eloquência de Cobden perante aqueles que os auxiliaram.

Esta sociedade, que começou por fazer o comércio de tecidos, a breve trecho passou a exercer a indústria de estampagem, em Sabden.

Foi nesta pequena aldeia que Cobden começou a sua carreira de agitador. Além dos seus interesses pessoais e dos de sua família, que haviam sido a sua preocupação exclusiva, entendeu dever então interessar-se também pelo problema social. A circunstância de se encontrar em contacto com os operários da localidade permitiu-lhe observar o seu atraso, a tendência vulgarizada para gastarem nas tabernas das cidades próximas o produto dos seus salários. Compreendeu a vantagem de os educar e, bem depressa, neste cantinho da Inglaterra, surgiu uma escola que foi um centro de propaganda, onde Cobden começou a revelar o seu grande espírito, «que haveria de espalhar uma tal prosperidade no seu país e contribuir para a civilização do Globo».⁴

Mais ainda do que com o que lhe foi ensinado nas escolas, Cobden adquiriu uma cultura pouco vulgar nessa época, com as suas leituras e com as viagens que tinha de realizar no exercício da sua profissão. Na mocidade publicou vários trabalhos. A sua primeira tentativa consistiu numa peça que foi recusada pelo director do teatro Covent Garden, *felizmente para mim*, dizia Cobden, *porque, de contrário, teria sido um vagabundo toda a minha vida*.⁵

Seguiram-se, já depois de se haver fixado em Manchester, vários panfletos e artigos de jornais sobre assuntos políticos, dos quais se deduzia que ele se havia familiarizado com Cervantes, Lesage, Spencer e Burke, e ainda que conhecia bem a história da Europa. Possuía tal vivacidade e agudeza de espírito que,

³ John Morley, *ob. cit.*

⁴ *Ibidem.*

⁵ *Ibidem.*

apesar da sua instrução medíocre, assimilava mais facilmente qualquer assunto do que outros com uma preparação intelectual cuidada.

Muito novo ainda, sentiu-se predestinado para defender as classes menos abastadas. Descendente duma família de agricultores, conhecia as condições em que se exercia a actividade agrícola no seu país; pela natureza da sua profissão, era-lhe fácil estudar profundamente os obstáculos que se opunham ao desenvolvimento económico da Grã-Bretanha.

Dois problemas de excepcional magnitude reclamaram desde logo a sua atenção: o da educação e o da liberdade de comércio. Tendo começado pelo primeiro, reconheceu sem demora que as reformas necessárias só muito lentamente produziriam resultados apreciáveis. Por este motivo, decidiu-se a consagrar o seu apostolado à liberdade comercial. Do esforço que desenvolveu, das doutrinas que sustentou, das lutas que empreendeu, deduz-se claramente que não foi um critério utilitário que o decidiu na escolha, mas sim a convicção de que a prosperidade material das nações é o fundamento de todo o progresso.⁶

Puderam os seus adversários ver neste conceito, em que a moral se baseava no bem-estar, e a virtude exigia a riqueza como condição prévia, o ponto vulnerável das doutrinas que ele defendia. Assim se originou o argumento de que o ideal de Cobden era acanhado, egoísta, indigno de um homem livre, mas Bastiat, condenando o desdém estóico da riqueza quando se trata das massas, atribuiu-lhe um significado que não correspondia a alguns escudos a mais, porque, neste caso, ela quer dizer: «pão para os que têm fome, vestuário para os que têm frio, educação, independência, dignidade».⁷

Nem a liberdade comercial representava, nas aspirações de Cobden, mais do que um ponto de partida, embora fundamental, para outras reformas, nem nos seus discursos, ainda mesmo quando ele se deixava arrebatado por uma eloquência avassaladora, é fácil descortinar qualquer tendência para separar o progresso económico das condições de ordem moral, indispensáveis ao seu aperfeiçoamento constante.

Cobden soube encarar de frente o problema da industrialização da Inglaterra e de outras nações da Europa, e das transformações sociais que

⁶ Léon Say, *ob. cit.*

⁷ Sophie Rafallovich, *Prefácio a La vie de Richard Cobden* (trad. francesa).

deveriam ser uma natural consequência do novo ritmo da actividade económica, revolucionada pelas descobertas mecânicas; formulou um programa que se resumia na adaptação da vida do seu país ao aumento considerável do potencial de produção industrial, que exigia uma actualização de processos políticos e administrativos.

Morley reconhece que «todo o seu sistema repousa na base positiva das necessidades sociais. Ao exclusivismo político, ao monopólio comercial, à preponderância legislativa duma aristocracia territorial, [Cobden] opunha a afirmação de que tudo isso se tornara incompatível com o sistema industrial, que nenhum homem de Estado, que nenhuma classe tinha o poder de destruir».⁸

Cobden verberava asperamente, nos seus panfletos, a política turbulenta das nações que recorriam à violência para enriquecer, causando entre si dissensões profundas, que eram uma constante ameaça contra a paz tão necessária para poderem aproveitar os recursos que a Natureza pusera à sua disposição, e preconizava o desenvolvimento do comércio entre todas elas com o fim de as regenerar, de as unir, criando interesses comuns aos diferentes povos.

Considerava imoral a prepotência das nações fortes sobre as mais fracas, quando exigiam concessões em nome da necessidade da sua expansão comercial; entendia que a liberdade de comércio unilateral seria a fórmula a usar pela Inglaterra para evitar os conflitos armados de que resultava o empobrecimento dos beligerantes e até dos neutros. Depois de expor as suas doutrinas pacifistas, Cobden concluía: «É assim que as virtudes das nações exercem a sua influência. Tal é a força do seu exemplo, que os outros Estados se tornarão morais por medida defensiva.»⁹

Antes de Cobden, já Shelburne havia ligado a política da paz com a da liberdade de comércio e, no discurso com que terminou a sua carreira ministerial (1783), denunciava o regime do monopólio como uma loucura funesta, mais funesta ainda para a Inglaterra do que para qualquer outra nação, acrescentando que «com mais indústria, mais espírito empreendedor, mais capitais do que nenhum outro povo, tudo o que devíamos desejar era a liberdade de comércio e

⁸ John Morley, *ob. cit.*

⁹ *Ibidem.*

mercados abertos». Morley comenta este discurso, dizendo que as palavras de Shelburne não encontraram eco na opinião pública, ao passo que os panfletos de Cobden, publicados cinquenta anos mais tarde e reproduzindo as mesmas teorias, fizeram uma impressão profunda nos seus contemporâneos e vieram a constituir o programa dum partido nacional.¹⁰

Cobden estabeleceu-se em Manchester em 1832. Ali, com sacrifício evidente dos seus interesses e da saúde, continuou a ocupar-se infatigavelmente na sua campanha, que já lhe havia conquistado uma bem merecida popularidade.

A conselho dos médicos, resolveu passar um inverno em climas temperados e, por esse motivo, em Outubro de 1836 empreendia uma viagem ao Oriente, com escala por Lisboa e por Cadiz. Na sua ausência, houve eleições na Inglaterra, e Cobden, tendo-lhe sido oferecida pelos seus amigos a candidatura a deputado, aceitou-a, apesar dos receios manifestados por seu irmão Frederick de que ele, por exigências da actividade política, abandonasse os negócios, que reclamavam absolutamente a sua atenção.

A despeito dos esforços dos seus amigos e não obstante a popularidade de que já então gozava, Cobden não conseguiu ser eleito. Entretanto, a municipalidade de Manchester lutava ardentemente pela sua independência e, nesse movimento, ele tomou a iniciativa, desenvolvendo uma grande actividade que nos explica suficientemente o prestígio de que veio a gozar na cidade, em que a sua indústria ia prosperando por uma forma muito apreciável.

A campanha em favor do município de Manchester não o impedia de prosseguir na actividade política e, da sua correspondência dessa época, depreende-se que ele conhecia bem os obstáculos a vencer, entre os quais sobressaía, em sua opinião, *a ignorância opaca em que estava mergulhada a grande massa da nação inglesa*. As Leis dos Cereais eram já o tema preferido no ataque contra os partidos políticos e, segundo a expressão do próprio Cobden, Manchester e Liverpool iam progressivamente conquistando os foros de capitais no que respeitava à actividade comercial, ao passo que Londres teria de contentar-se com a especulação sobre os papéis destas duas cidades.

Manchester conseguiu, no outono de 1838, a carta municipal, e os seus habitantes, em sinal de reconhecimento pelos serviços prestados para tão

¹⁰ John Morley, *ob. cit.*

importante conquista, elegeram Cobden para *alderman* da cidade em que já então prevaleciam os interesses dos industriais, e estes, por necessidade de uma expansão, com tendência para progredir, não podiam deixar de ser favoráveis ao *cobdenismo*.

Foram estas as circunstâncias propícias à grande corrente de opinião, que teve a sua origem na importante cidade comercial do Lancashire.

Com efeito, em Outubro de 1838, reuniram-se sete cidadãos num hotel de Manchester e organizaram a Associação contra as Leis dos cereais. A breve trecho, outros se juntaram aos iniciadores da Associação e, entre eles, figurava Cobden, que desenvolveu desde logo uma grande actividade.

Já em 1836 se havia formado em Londres uma sociedade contra as leis dos cereais. Os seus principais membros eram parlamentares com tendências avançadas. Apesar da sua preparação para discutirem o problema, tão complexo por sua própria natureza, não foram capazes de conseguir uma organização popular, nem souberam despertar o interesse do povo.

Ao contrário, a Associação de Manchester, em vez de contentar-se com a lógica dos números, dos factos e dos raciocínios, apresentou-se, desde o seu início, como defensora das classes trabalhadoras contra as prepotências dos nobres, e conseguiu acabar, pelas vias legais, com o monopólio dos proprietários das terras produtoras de trigo, realizando, como disse Bastiat, «sem perturbações nem efusão de sangue, pelo único poder da opinião, uma revolução tão profunda, mais profunda talvez do que aquela que foi operada pelos nossos antepassados em 1789».¹¹

Em Janeiro de 1839, a Associação contra as Leis dos Cereais iniciou uma subscrição que rendeu alguns milhares de libras. Num banquete oferecido pela Associação aos parlamentares favoráveis ao livre-câmbio, por entre manifestações de simpatia aos membros do parlamento, foram feitas referências ao regime cerealífero em vigor.

No dia seguinte ao do banquete, Cobden apresentou um projecto de união, destinado a estabelecer unidade entre as diversas associações que combatiam as Leis dos Cereais e que constituíram o núcleo inicial da Liga.

¹¹ Léon Say, *ob. cit.*

A Associação de Manchester já havia organizado o seu programa, pelo qual se propunha obter por todos os meios legais e constitucionais, tais como discursos, panfletos, petições ao parlamento, a abolição total e imediata das leis sobre cereais e sobre subsistências.

As leis dos cereais, usadas em diversos países, têm tido por fim evitar as crises da alimentação e, de um modo geral, aplicam-se para assegurar um lucro remunerador aos agricultores e para manter uma certa estabilidade nos preços. Para este efeito, os governos têm recorrido aos direitos aduaneiros, que, exercendo a sua repercussão nos preços de venda ao público, não podem deixar de afectar a massa geral dos consumidores, atendendo a que o pão é um artigo de primeira necessidade.

Os proprietários das terras eram os senhores feudais que nessa época, em Inglaterra, disfrutavam uma grande preponderância. Os direitos sobre os cereais poderiam não determinar o objectivo económico a que se destinavam, mas favoreciam, sem dúvida, os interesses duma aristocracia territorial, com manifesto sacrifício das outras classes.

À maneira que se ia operando a industrialização da Inglaterra, formava-se uma burguesia activa, uma nova aristocracia do dinheiro, que rivalizava com a velha nobreza, que não tinha privilégios de casta, é certo, mas que se apoiava na fortuna material e na influência social resultante do facto de monopolizar a propriedade rústica, numa altura em que a riqueza mobiliária estava muito longe ainda de revestir a importância que veio a ter mais tarde.

A luta surgiu ameaçadora entre os grandes proprietários e os grandes industriais. Manchester foi o baluarte destes últimos. A Liga contra as Leis dos Cereais foi o arauto da democracia.

Para os aristocratas ingleses dessa época, os membros da Liga de Manchester eram verdadeiros loucos, que deitariam por terra a própria monarquia antes de converterem em realidade o programa que haviam adoptado.

Um tal programa, numa análise simplista, apresentava os aspectos dum materialismo interesseiro, mas já então Bentham havia criado nos domínios espirituais um ambiente propício às novas ideologias, por meio da crítica severa às instituições e à vida social da Grã-Bretanha. Bentham conseguiu fazer escola e os seus discípulos constituíram um pequeno grupo de homens notáveis, que se intitulavam *Philosophical Radicals*, entre os quais se destacava John Stuart Mil.

Deste grupo partiram as mais indignadas invectivas contra a aristocracia, a magistratura honorífica, a Igreja estabelecida e todas as outras instituições que contribuíam para o domínio de uma classe em detrimento do maior número. Como era natural, o grupo viu com simpatia o movimento de Manchester e uniu-se aos economistas para a defesa da liberdade de comércio.

A revogação das Leis dos Cereais foi debatida várias vezes na Câmara dos Comuns, mas convém recordar que, nessa época, quatro quintos dos membros desta Câmara representavam os interesses agrários. Apesar disso, ainda se tornou possível organizar um projecto revogando as Leis dos Cereais, que obteve apenas 197 votos favoráveis, numa Câmara de 541 membros.

Em face desta derrota desanimadora, os delegados das diferentes cidades, vindos expressamente a Londres para acompanharem a discussão parlamentar do projecto, sentiram-se sem coração para persistirem na luta, mas Cobden soube incutir-lhes energia para recomeçarem o ataque, lembrando-lhes que eles representavam três milhões de homens, comparando a aliança das grandes cidades da Inglaterra com a liga alemã das cidades hanseáticas e mostrando-lhes que, como a referida liga alemã tinha reduzido a ruínas os históricos castelos que coroavam os montes do Reno, do Danúbio e do Elba, a nova liga não tardaria em abater o orgulho dos opressores feudais da Inglaterra.

A partir de então, a propaganda foi mais intensa ainda. Fixou-se em Manchester a organização central da Liga, que teve a seu cargo a direcção do movimento e um pequeno jornal que havia sido criado para sustentar as doutrinas livre-cambistas, e passou a tomar uma atitude violenta contra os partidos políticos, *que alternativamente arruinavam o país*.

Cobden decidiu imprimir moderação às atitudes da Liga, manifestando a opinião de que as reformas sociais ou religiosas eram sempre levadas a efeito por um apelo à opinião pública e declarando que se dirigia à Liga, *não como a whigs, a tories ou a radicais, mas como a homens que tomavam em consideração menos o seu interesse comercial do que um imperioso dever nacional*.

O jornal da Liga continuava a sua campanha, com tanta energia como aquela que os oradores desenvolviam nos seus discursos. Os artigos de fundo eram feitos quase sempre por Cobden ou por Bright (o seu grande amigo e colaborador destemido), que expunham com clareza e profundidade os novos aspectos que a questão ia revestindo. Qualquer frase infeliz dos adversários era

comentada com engenho e com graça que a leitura se não tornasse monótona. Outras publicações do mesmo género se seguiram. Por vezes, recorria-se à caricatura e aos textos da Bíblia apropriados para criticar os defensores do *Monopólio*, pois era esta a designação consagrada para a política agrária que se pretendia demolir.

A propaganda foi depois incumbida também a um pequeno grupo de missionários economistas, que ia aumentando sucessivamente, a despeito da oposição feroz que encontrava em certas localidades, onde a influência dos nobres se fez sentir nos insultos com que foram recebidos. Os próprios jornais conservadores não hesitavam em classificar como revolucionários sem escrúpulos, ambiciosos sem princípios, os membros da Liga.

A verdade, porém, é que a missão dos economistas não deixou de trazer as suas vantagens, não só em consequência das doutrinas divulgadas por todo o país, mas também por causa dos novos elementos colhidos nos inquéritos realizados, que permitiram um conhecimento mais profundo da miséria em que viviam os trabalhadores, obtendo assim novos argumentos para o ataque em que andavam empenhados.

Os argumentos da Liga baseavam-se em que as Leis dos Cereais correspondiam a um erro fiscal, a uma iniquidade social. Ao desenvolvimento da produção tornava-se indispensável um aumento de consumo, que só podia obter-se em novos mercados, e se a Grã-Bretanha não comprava os cereais aos países que os produziam em melhores condições de preço, não podia esperar que estes lhe comprassem os produtos manufacturados.

Como se depreende das doutrinas de que fazia uma activa propaganda a falange de economistas ao serviço da Liga, já esta se apercebia bem dos graves inconvenientes das autarquias económicas, tão ignorados ainda nos nossos dias; já reconhecia que a compra do trigo no estrangeiro, barateando a vida na Inglaterra, dava simultaneamente aos exportadores dos outros países a possibilidade de aproveitamento dos seus recursos naturais e, portanto, de adquirirem os artefactos que a indústria inglesa podia fornecer-lhes.

Anteriormente a esta intensa propaganda, que a Liga ia desenvolvendo, Cobden havia reconhecido que o progresso industrial determinara, na Inglaterra, um aumento de potencial em todas as forças económicas, que encontravam na protecção pautal dos cereais, com as suas correspondentes

restrições ao comércio internacional, um grande obstáculo ao seu natural desenvolvimento.

A política da intervenção nas lutas europeias foi também verberada energicamente por Cobden, pelas despesas que representava para a nação, com o conseqüente aumento da dívida pública e dos impostos.

Estes encargos não podiam deixar de reflectir-se na indústria, que tinha de submeter-se deste modo ao aumento do custo de produção, ficando, portanto, em condições mais desfavoráveis para concorrer no mercado mundial com os artigos similares dos outros países e nomeadamente com os da América do Norte, que ia atingindo um grande desenvolvimento económico e tinha a seu favor vantagens naturais com que o fabricante inglês não podia contar.

No começo do seu apostolado, Cobden propugnava pela revogação das Leis dos Cereais, como condição necessária ao bem-estar das classes menos abastadas e à conquista de mercados externos.

Foi este inicialmente o programa da Liga, mas em breve reconheceu que o problema era muito mais vasto do que, a princípio, se lhe afigurava. Com ele se relacionavam as actividades da nação, no seu conjunto, a vida das classes, a influência dos partidos políticos e, na verdade toda a estrutura social da Inglaterra se sentiu abalada pela popularidade crescente que a Liga ia adquirindo, à maneira que a indústria se desenvolvia e aumentava o seu poder de expansão comercial.

Na luta desencadeada pela Liga, os campos extremaram-se desde logo: dum lado a agricultura, os proprietários das terras, ou seja, um feudalismo envelhecido, apegado a uma tradição paralisadora e votando um desdém solene aos grandes progressos da nação; do outro, a indústria e o comércio, sob o domínio de uma burguesia activa, empreendedora, enriquecida, mas sem o prestígio social dos nobres, sem as prerrogativas que estes disfrutavam. O choque tornava-se, portanto, inevitável.

É certo que a luta se não inspirou sempre num idealismo desinteressado, invulnerável à crítica. Muitos houve, sem dúvida, que se envolveram nela por um sentimento utilitário, mas Cobden não quis aproveitar as vantagens que, nos meios industriais, lhe dava o seu prestígio e, em Julho de 1839, separou-se dos seus sócios, a quem deixou o armazém de Londres e a fábrica de Sabden, para constituir uma sociedade mais modesta com seu irmão Frederick. A nova

sociedade comercial ficou com o armazém de Manchester e com a fábrica de estampanaria de Cross Hall.

A morte de Guilherme IV, poucas semanas depois do regresso de Cobden da sua viagem ao Oriente, a ascensão ao trono de Inglaterra da Rainha Vitória determinaram a renovação da Câmara dos Comuns, e Cobden apresentou novamente ao sufrágio a sua candidatura. Nas eleições de 1841 foi eleito com uma maioria esmagadora.

A estreia parlamentar de Cobden excedeu, em brilhantismo, toda a expectativa. Conseguiu prender a atenção dos que o ouviram, não só como orador fioso, com as qualidades necessárias para dominar os auditórios mais exigentes, mas principalmente porque ousou reagir contra as velhas praxes dum Parlamento habituado a ocupar-se apenas de crítica partidária e doutras questões abstratas, com argumentos em que a sonoridade das frases ocultava a banalidade do pensamento. Declarando-se independente dos partidos, das classes e até dos economistas teóricos, afirmou que era somente a situação do país que o interessava como parlamentar; as realidades que reclamavam novo rumo na administração e a revogação das leis vigentes, condenadas por uma larga experiência, é que determinavam a sua orientação na defesa dos interesses do Estado.

Foi este o preâmbulo do seu primeiro discurso no Parlamento, onde, a despeito dum esboço de oposição, conseguiu tratar do problema dos cereais que, em sua opinião, era o único importante entre aqueles que à Câmara competia resolver. No decurso das suas considerações, demonstrou que uma família aristocrática pagava um *halfpenny* de imposto sobre o pão para 100 libras de rendimento, ao passo que uma família de operários pagava 20% do seu salário. Os seus amigos e os seus eleitores não tardaram em manifestar-lhe um entusiástico aplauso.

Morley, ocupando-se de Cobden como orador, descreve-nos os seus traços fisionómicos, a sua voz que, sendo clara, variada nos sons, doce e penetrante, não tinha a extensão nem a profundidade que se encontram nos oradores das grandes multidões, mas ele possuía um fogo interior, uma força de penetração que provinha de uma honestidade transparente, da clareza das ideias e dum

objectivo definido. O zelo e a lógica encontravam-se reunidos em Cobden e reconhecia-se que o seu ardor tinha por origem a força da convicção.¹²

Nos discursos parlamentares e bem assim naqueles que proferiu nas reuniões promovidas pela Liga, procurou destruir todos os sofismas proteccionistas, invocando imagens admiráveis, com que seduzia os seus ouvintes. Todavia, volvidos sete anos de luta tão enérgica como a sustentada na defesa do programa da Liga, orgulhava-se de poder dizer que o único meio que não tinha empregado era o da força material e o da violência, julgando não ter criado um só inimigo nem ter ferido nenhum sentimento pessoal.

Observa-se em toda a sua vida uma grande integridade moral e um espírito de desinteresse que dificilmente poderá ter sido igualado. Logo no começo da sua carreira, um gabinete *whig* ofereceu-lhe uma situação oficial, que ele recusou sem hesitar. Bastiat, tendo tido conhecimento do facto, enviou-lhe as suas felicitações, exprimindo-se nestes termos: «*Gostava de vos ter abraçado, meu caro Senhor, quando me mostrastes, por tal conduta, que vosso coração está à altura da vossa inteligência.*»¹³

Uma das fórmulas inscritas na bandeira da Liga continha estas palavras: «*revogação incondicional das Leis dos Cereais*», o que queria dizer: *sem pedir nada em troca aos estrangeiros*.¹⁴

No decorrer duma discussão parlamentar, Cobden increpou violentamente o primeiro-ministro, que era então Robert Peel, e declarou que o tornava pessoalmente responsável pela má situação em que o país se encontrava. Peel, agitado pela mais viva indignação, repeliu as insinuações de Cobden. A Câmara manifestou-se tumultuosamente a favor de Peel. Cobden deu explicações.

Pouco depois, na Câmara dos Comuns, era abolida a lei dos cereais. Em 26 de Junho de 1846, Peel estava demissionário e tendo sabido que a Câmara dos Lordes havia sancionado a resolução tomada pela Câmara dos Comuns, ao fazer as suas despedidas nesta Câmara, pronunciando-se sobre o novo regime cerealífero, declarou que o êxito alcançado com tal medida não pertencia exclusivamente a nenhum partido, visto que se havia produzido entre todos eles

¹² John Morley, *ob. cit.*

¹³ [«*J'aurais voulu vous embrasser, mon cher Monsieur, quand vous m'avez appris par cette conduite que votre cœur est à la hauteur de votre intelligence.*»] Sophie Raffalovich, *ob. cit.*

¹⁴ Léon Say, *ob. cit.*

uma unidade de vistas, sob a influência do Governo, e acrescentou: «O nome que deve ser e que será certamente associado à nova política cerealífera é o dum homem que, pelos motivos mais desinteressados e mais puros, que, com uma infatigável energia e apelando para a razão pública, demonstrou a sua necessidade com uma eloquência tanto mais admirável quanto era simples e despreziosa: é o nome de Richard Cobden.»¹⁵

A lei que revogou as *leis dos cereais* foi votada na Câmara dos Comuns, depois de um vigoroso debate, em 16 de Maio de 1846, às 4 horas da manhã, com uma maioria de 98 votos, sendo presentes 556 representantes.

Na Câmara dos Lordes a oposição não foi tão violenta e a lei foi votada por 211 membros contra 164.

Cobden terminava a sua campanha gloriosa, arruinado de saúde e dos seus negócios que, no turbilhão da luta política, tinha abandonado quase por completo.

A velha aristocracia britânica teve de transigir perante a enormíssima corrente de opinião que a Liga havia desencadeado e a sua preponderância ia declinando à maneira que o progresso económico se afirmava com uma tendência evidente para o nivelamento das classes.

Adam Smith fora incontestavelmente, na Inglaterra, o precursor de uma nova época, em que a ciência económica ia interpretar o sentido dos novos interesses, criados pelo extraordinário desenvolvimento do comércio e da indústria.

A máquina a vapor, as grandes invenções mecânicas e, em especial, os aperfeiçoamentos introduzidos na fiação e na tecelagem bem como a abundância da hulha, foram os poderosos elementos de uma transformação radical das forças produtoras que, desta maneira, se multiplicavam incessantemente.

Os caminhos-de-ferro, o telégrafo, o correio regular e a preços reduzidos, foram as causas próximas da facilidade de comunicações, da supressão das distâncias, da centralização administrativa, que cerceava a influência dos senhores feudais, da circulação das riquezas que dava coesão ao mercado nacional, estabelecendo uma solidariedade efectiva entre os mercados locais, do que resultou um aumento considerável da capacidade de consumo.

¹⁵ Léon Say, *ob. cit.*

A demolição do regime proteccionista, o aproveitamento do vapor, da electricidade e do crédito, não podiam deixar de determinar a desagregação da velha sociedade inglesa.

Os *landlords* perderam a sua influência pela diminuição dos rendimentos, que os impossibilitava das liberalidades com os humildes e, ao mesmo tempo, estes últimos sentiam-se compelidos a abandonar os campos pelas grandes cidades, em que o trabalho industrial lhes proporcionava um maior salário do que a agricultura.

A febre do urbanismo paralisava incessantemente a vida rural que, nessa época, se ligava tão intimamente com a organização aristocrática.

Na transição da indústria doméstica para a grande indústria, foi o carvão de pedra que determinou a hegemonia de toda a economia inglesa e, enquanto a Grã-Bretanha teve quase o monopólio deste combustível que era então o único para as grandes fábricas, não receava os concorrentes no comércio mundial.

À maneira que o horizonte social se ia ampliando perante as novas condições de existência, o pensamento económico tinha de acompanhar esta evolução e a doutrina livre-cambista irradiava da Inglaterra para todas as outras nações da Europa sob a égide dum conceito de Cobden, consubstanciado nestas palavras: «Toda a represália, quer se trate da guerra de soldados ou da guerra de pautas, condena a entrar cada vez mais na luta, sem atingir um objectivo, exasperando as paixões, banindo a razão e não se conseguindo senão multiplicar as perdas de um e outro lado.»¹⁶

A doutrina livre-cambista ia conquistando adeptos nos outros países da Europa, embora neles não existissem as condições que, na Inglaterra, determinaram o êxito da sua aplicação. O grande desenvolvimento da indústria inglesa excluía inteiramente a possibilidade da concorrência dos produtos estrangeiros manufacturados e, portanto, a protecção pautal tornava-se desnecessária porque o mercado interno ficava assim reservado à produção nacional. Mas esta excedia em muito a capacidade de absorção do mercado interno e, como consequência, impunha-se uma expansão comercial nos mercados externos.

¹⁶ Léon Say, *ob. cit.*

Os objectivos iniciais da Liga de Manchester não bastavam já para satisfazer as aspirações duma indústria, em pleno desenvolvimento, que chegou a admitir a possibilidade de transformar a Inglaterra na grande oficina da Europa, capaz de fornecer as suas manufacturas a todos os outros países, que se limitariam a consumi-las e a abastecê-la de matérias-primas. Para este efeito, o livre-cambismo unilateral era insuficiente. Tornava-se indispensável a abolição das muralhas aduaneiras dos outros Estados, que eram o único obstáculo à expansão comercial da Grã-Bretanha.

Para imprimir uma nova orientação à política comercial da Europa, invocava-se o exemplo da Inglaterra e resumiam-se numa causa única, que era o livre-câmbio, todas as causas tão complexas de que derivou a sua prosperidade. Uma grande propaganda se fez neste sentido.

A Liga de Manchester foi dissolvida pelos seus sócios, pouco depois de ser votada a abolição das leis dos cereais, mas outros núcleos de propaganda livre-cambista se constituíram para divulgar as suas doutrinas por todos os países da Europa.

Para este efeito, estava indicada a França, em primeiro lugar, não só porque um grupo de economistas prestigiosos ali acompanhava com aplauso a evolução das novas doutrinas na vizinha Inglaterra, mas também porque a sua indústria estava bastante desenvolvida, receando menos do que qualquer outro Estado europeu a concorrência inglesa. Isto nos explica porque se procurou realizar entre a Inglaterra e a França o primeiro tratado de comércio, que consagrava os princípios do sistema livre-cambista, a que se seguiram outros semelhantes com diversos países.

Este tratado que ficou sendo conhecido pelo nome de Cobden, seu negociador por parte da Grã-Bretanha, foi concluído em 1860.

As condições, em que então se encontrava a França, eram bem diversas daquelas que se observavam na Inglaterra. Ao passo que, nesta última, no regime da grande propriedade, apenas uma classe, constituída por um número muito limitado de indivíduos, era beneficiada em detrimento da massa geral dos consumidores, da indústria e do comércio, na França, pelo contrário, o regime da grande divisão da propriedade favorecia a tese proteccionista que, deste modo, podia basear-se na defesa dos interesses duma numerosa população agrícola.

A Inglaterra, em regime de superprodução, tinha necessidade absoluta de mercados externos para que as suas fábricas se não vissem forçadas a diminuir a laboração, em consequência dos seus produtos excederem a capacidade de consumo no interior do país. A vida económica da França não dependia tanto do seu comércio externo.

Em França, a luta suscitada pela aplicação das novas doutrinas travava-se entre comerciantes e consumidores, por um lado, e proprietários das terras e industriais, da outra parte.

Os industriais franceses tinham uma influência política que não possuíam os da Inglaterra ao começar a campanha de Manchester.

Em França fundou-se também uma Liga *anti-proteccionista*, que depois se transformou na Liga Contra a Carestia do Pão e da Carne. O movimento proteccionista, que representava uma reacção contra a Escola de Manchester, suscitou viva oposição em vários pontos da França e nomeadamente em Lyon e Bordéus, mas a corrente de opinião favorável ao livre-câmbio nunca teve a maioria esmagadora com que se apresentava na Inglaterra logo após a formação da Liga de Manchester.

Por parte da França, o negociador do tratado de 1860 foi Michel Chevalier, que era um livre-cambista convicto e um admirador de Cobden. Esta vantagem era contrabalançada pelas poderosas influências dos interessados na manutenção da política proteccionista.

É certo que os livre-cambistas não ficavam inactivos neste conflito de interesses, mas a sua campanha desenvolvia-se principalmente no campo doutrinário e os princípios económicos já então não eram inflexíveis perante as exigências da prática.

O Governo francês vacilava entre as duas fortes correntes de opinião; as negociações do tratado foram demoradas e por várias vezes tiveram de ser interrompidas.

Cobden, apesar de se sentir minado por uma pertinaz doença, não se poupou a esforços e, junto do Governo francês, do próprio imperador Napoleão III, sustentou discussões intermináveis, em que a sua eloquência e o seu espírito de persuasão foram postos a uma rude prova.

Entretanto, as demoras das negociações e as causas que as determinavam favoreciam as mais fantasiosas interpretações, dando lugar a debates que, das chancelarias, passaram para a imprensa dos dois países.

Criou-se desta maneira um sentimento de desconfiança e de hostilidade, na Inglaterra, que ameaçava a aliança franco-britânica, e chegou-se mesmo a acreditar na possibilidade de uma guerra. Foi este o argumento que, na opinião de Cobden, decidiu o imperador, convencido de que, enquanto durasse uma amizade sólida entre a França e a Grã-Bretanha, ele nada teria a recear da Rússia, da Áustria e da Prússia.

Napoleão III consentiu no tratado, menos pelo que ele tinha de favorável aos interesses franceses do que pelo necessário robustecimento da aliança com a Inglaterra.¹⁷

Em 9 de Janeiro de 1860, o imperador Napoleão III anunciava em termos vagos, no *Moniteur*, o tratado em preparação, que foi assinado pouco depois. Lord John Russel apresentou-o na Câmara dos Comuns em 10 de Fevereiro do mesmo ano, e, num discurso em que se ocupou das suas cláusulas, terminou por prestar homenagem a Cobden em termos calorosos, como Robert Peel havia feito em 1846.

São desse discurso as seguintes palavras: «É um raro privilégio, para um homem que prestou há 14 anos um serviço assinalado à sua pátria, poder prestar-lhe um outro tão grande e tão memorável.» Lord Palmerston ofereceu-lhe, em nome da Rainha Vitória, um título nobiliárquico, mas Cobden recusou tão alta distinção. «A única recompensa que ambiciono, respondeu, é ser testemunha do desenvolvimento da amizade entre os dois grandes países vizinhos, cujas relações se tornarão mais íntimas pelo tratado de comércio.»¹⁸

Cobden não foi somente o negociador do tratado; já tinha sido o seu inspirador e foi ele ainda quem se ocupou das questões de detalhe na sua execução.

Este tratado constituiu, sem dúvida, um dos maiores triunfos da sua vida, só comparável com o que obteve com a liberdade de comércio, fazendo-a adoptar no seu país.

¹⁷ John Morley, *ob. cit.*

¹⁸ Léon Say, *ob. cit.*

Ultimadas todas as questões referentes ao tratado, Cobden regressou à sua vida parlamentar e teve ensejo de se ocupar sem desfalecimentos dos problemas mais importantes que se agitavam na Inglaterra dessa época. O seu organismo depauperado não podia já suportar os invernos de Londres. Via-se obrigado a procurar alívio aos seus padecimentos em climas mais temperados, dando preferência a Paris. Ali, a sua atenção dispersava-se por uma assídua correspondência com os homens mais eminentes da política inglesa.

A doença seguia implacavelmente a sua marcha. Em 21 de Março de 1865, abandonou Paris para regressar a Londres, onde morreu em 2 de Abril do mesmo ano. No dia seguinte, na sessão da Câmara dos Comuns, depois do primeiro-ministro haver manifestado o seu pesar, Disraeli pronunciou um discurso sobre a perda para a nação, *incomparável e irreparável*, que terminava por estas palavras: «Há, com efeito, posso dizê-lo, alguns membros do parlamento que, mesmo depois da morte, continuam a pertencer a esta câmara e são independentes dos *bills* de dissolução, dos caprichos dos eleitores e até da marcha do tempo. Penso que Cobden era um destes homens.»¹⁹

Vimos como na fase da evolução económica da Inglaterra em que Cobden exerceu a sua acção, as velhas instituições sociais não se adaptavam aos progressos realizados e correspondiam a um obstáculo invencível à prosperidade britânica.

A liberdade comercial, e os problemas que com ela se ligavam, constituíam fórmulas de ajustamento às novas modalidades da vida económica da Grã-Bretanha. Cobden foi evidentemente o revolucionário, o democrata apaixonado, que lutou heroicamente contra os velhos preconceitos, mas não podemos considerá-lo um demagogo nem mesmo um socialista teórico, pois que nas correntes de opinião que conseguiu desencadear era à iniciativa individual que ele pedia as soluções. Foi esta a obra gigantesca do economista que soube interpretar admiravelmente a sua época e, ao mesmo tempo, conseguiu criar no seu país uma mentalidade nova, inspirada nas virtudes da raça e fortalecida com o exemplo do seu desinteresse material, com os fundamentos de ordem moral em que as suas doutrinas se apoiavam.

¹⁹ John Morley, *ob. cit.*

O humanitarismo abstracto, a ânsia de liberdade e de pacifismo entre todos os povos, que figuravam no programa da Escola de Manchester, não eram então simples lugares comuns dum idealismo utópico, correspondiam a uma reacção enérgica contra as guerras de rapina, tão vulgares nesse tempo, que só a intensificação das relações comerciais podia evitar.

A obra de Cobden não pode ser compreendida numa visão fragmentária das realidades da sua época. Ele não foi apenas o homem em quem o valor e a constância do esforço imprimiram as qualidades legendárias de abnegação e de patriotismo, com que soube impor-se ao respeito dos seus contemporâneos.

Como reformador, teve sempre a preocupação de subordinar-se a princípios de ordem moral, compenetrado, como Rousseau, de que as melhores leis são impotentes, sem as virtudes dos cidadãos a que se destinam. Como político, defendeu a democracia, quando não existiam ainda os factores demagógicos, susceptíveis de desnaturá-la. Como sociólogo, compreendeu que a sociologia ocupa um plano superior ao da economia política, porque tem de atender às condições sociais, políticas e morais dos indivíduos e dos povos, para determinar as directrizes da sua actividade económica.

Nesta ordem de ideias, a adopção do livre-cambismo, por parte da Grã-Bretanha, não correspondeu a uma solução materialista de política comercial, condenada a uma vida transitória. A feição utilitária do novo regime de economia internacional incrustava-se profundamente num conjunto de sentimentos e de convicções, em que se apoiava o nacionalismo de um povo, que se tem julgado predestinado para ser o sustentáculo da civilização.

A obra de Cobden teve continuadores em toda a Europa.

O *Cobden Club*, fundado em sua honra, exerceu por muito tempo a propaganda da liberdade comercial e da paz, nos diversos países, onde tinha representantes que prestavam informações à sede sobre a política aduaneira.

Vinte anos depois da abolição das leis dos cereais, isto é, quando o livre-câmbio se podia já apreciar pelos seus resultados, escrevia Stanley Jevons: «Actualmente as cinco partes do mundo são voluntariamente tributárias da Inglaterra. As planícies da América do Norte, a Rússia, eis os nossos campos de trigo; Chicago, Odessa, são os nossos celeiros; o Canadá, os Países Bálticos, as nossas florestas. Na Austrália, temos as nossas estações de carneiros; na América, as nossas manadas de bois; o Peru manda-nos a sua prata; a Califórnia e a Austrália, o seu ouro. Os Chineses cultivam o chá para nós e, das Índias

Orientais, afluem aos nossos portos o café, o açúcar e as especiarias. A França e a Espanha são as nossas vinhas, o Mediterrâneo é o nosso pomar; o algodão tiramo-lo dos Estados-Unidos, como de várias outras partes do mundo...»²⁰

Esta especialização, favorecida, na Inglaterra, no sentido industrial, para o que concorria ainda o pouco interesse por uma exploração agrícola, que não encontrava no solo nem no clima as condições necessárias para se desenvolver, tendia a dar aplicação prática ao princípio da divisão de trabalho entre as nações, enquanto os estados de formação recente se não resolvessem a manufacturar as suas próprias matérias-primas, enquanto os jazigos de carvão de pedra não fossem explorados noutras regiões, enquanto se não encontrassem outros meios produtores de força motriz, e poderemos ainda acrescentar: enquanto a política inglesa dos salários não sofresse modificações susceptíveis de aumentarem o custo de produção.

Não se previa então a hipótese de que fossem alteradas estas condições, que tinham o seu reflexo nos preços e davam à Inglaterra um lugar privilegiado no mercado mundial.

Em 1880, os primeiros vestígios do declínio do comércio britânico começam a sentir-se. A extracção da hulha vai-se desenvolvendo progressivamente nos Estados-Unidos, na Alemanha, na Polónia e, como se isto não bastasse para ameaçar a hegemonia da Inglaterra, a aplicação do petróleo como combustível e o aproveitamento da hulha branca trouxeram novas possibilidades às indústrias dos outros países concorrentes.

Perante a crise das exportações, surge a ideia do imperialismo, concebido por Disraeli, que com Lord Churchill preconizava a substituição dos mercados estrangeiros decadentes pelo mercado representado por todos os territórios que constituíam o Império britânico. A *Fair Trade League* incumbiu-se de fazer a propaganda desta política que era a primeira revivescência do protecçãoismo demolido por Cobden.

Foi ainda sob a mesma inspiração que Joseph Chamberlain apresentou em 1903 o seu programa imperialista, aproveitado como plataforma das eleições de 1906, que deram ao partido liberal um grande triunfo. A Inglaterra não se

²⁰ André Siegfried, *La crise britannique au XX^e siècle*.

resignou então a pôr de parte uma política comercial que havia coincidido com as suas grandezas.

O resultado destas eleições determinou um rejuvenescimento do liberalismo económico e os homens do governo resolvem-se a procurar remédios na renovação de métodos de expansão comercial, para a Grã-Bretanha poder defrontar-se com a Alemanha e os Estados-Unidos, que já então lhe disputavam grandes mercados.

A reacção proteccionista ia tomando proporções consideráveis que se apoiavam nos factos observados, mas a fidelidade à tradição livre-cambista constituía uma força que o partido liberal aproveitava para impor o seu programa. Entretanto as exportações inglesas continuavam a diminuir perante o desenvolvimento progressivo do comércio alemão.

Nem a geração imperialista de Chamberlain nem os intelectuais dessa época acreditavam no perigo alemão, contudo a concorrência comercial entre a Inglaterra e a Alemanha, a partir de 1910, foi caracterizadamente a luta entre dois imperialismos económicos, que só por si justifica o espírito de decisão com que a Grã-Bretanha, em 1914, entrou na Grande Guerra.

Durante o conflito armado, as necessidades impostas pelas circunstâncias levaram à aplicação de medidas proteccionistas e à estreita colaboração com os domínios, operada simultaneamente, dando às doutrinas imperialistas um novo prestígio.

A Grande Guerra veio esclarecer muitos pontos obscuros sobre os meios adoptados pela Alemanha na sua penetração comercial que, por efeito dos cartéis, dos *trusts*, dos prémios de exportação e do *dumping*, se tornava irresistível.

O livre-cambismo perdeu os foros de dogma perante a opinião inglesa e a própria Câmara de Comércio de Manchester emitiu votos contrários aos puros princípios que a Liga havia defendido. O protecționismo começou a ser aceite em princípio, em nome do interesse nacional, mas paralelamente preconizavam-se medidas compensadoras para os operários, a fim de evitar a carestia da vida, sem a correspondente elevação dos salários.²¹

²¹ Louis Casamian, *La Grande Bretagne et la Guerre*.

A despeito da grande crise, a Inglaterra prestava assim a sua homenagem à tradição da Escola de Manchester, apesar de convencida de que uma das causas determinantes do seu custo de produção elevado, de que derivou a perda de mercados, era justamente o salário mais alto do que nos outros países.

Logo após o armistício, o embate dos nacionalismos apresentava-se com as características de uma guerra económica, que ameaçava subverter toda a Europa.

A lei inglesa de salvaguarda às indústrias, de 9 de Junho de 1921, procurou defender com direitos *protectores* de 33% as indústrias principais e estabelecia uma sobretaxa *anti-dumping*, que se aplicava do mesmo modo às mercadorias originárias dos países de moeda desvalorizada, para evitar o *dumping* do câmbio.

A este regime previa-se, pela referida lei, uma duração de 5 anos, mas ele não conseguiu evitar os progressos da crise que, sob o seu duplo aspecto económico e financeiro, conduziu à queda da libra em 1931.

O abandono do estalão-ouro provocou o pânico por todo o mundo, e embora uma tal medida atingisse profundamente o orgulho do povo inglês, a verdade é que os homens de Estado e a própria imprensa liberal encararam com serenidade a desvalorização da libra, que passou a actuar como uma pauta protectora e contribuía para o equilíbrio da balança comercial, para diminuir o custo de produção, facilitando, ao mesmo tempo, o problema orçamental.²²

Entre as consequências de ordem diversa que foram determinadas pela queda da libra, a conversão total da Inglaterra ao proteccionismo ocupa o primeiro plano. Os diplomas fundamentais que estabelecem a nova política comercial são as leis de 20 de Novembro de 1931 e de 29 de Fevereiro de 1932 que, por meio de direitos pautais, procuram defender a agricultura e a indústria da nação contra a concorrência estrangeira.

A despeito das tendências da crise para se agravar a partir de 1931, verifica-se que, pelas medidas adoptadas, a Inglaterra tem conseguido melhorar a sua situação e a causa essencial desta melhoria deriva do proteccionismo, considerado nos seus aspectos monetário e financeiro, mas seria injustiça esquecer, nesta reconstituição económica que se vai operando lentamente e com

²² Joseph Pouzin, *L'Evolution économique de La Grande-Bretagne depuis l'abandon de l'étalon-or*.

segurança, a influência profunda dos factores psicológicos, que se exteriorizam por vezes em atitudes de uma beleza moral incomparável.

Na Câmara dos Comuns, em Maio de 1934, Sir Herbert Samuel teve a coragem de proclamar que *valeria mais para a Grã-Bretanha estar em segundo ou terceiro lugar, num mundo próspero, do que ser a primeira num universo meio esfomeado.*²³

Dir-se-ia que Sir Herbert Samuel se inspirara na memória de Cobden para tão desassombadamente e sob o influxo de uma crise devastadora, sem precedentes, lançar este cartel de desafio ao egoísmo dos outros países.

Os ingleses, nas suas escolas, procuram sobretudo a formação de *gentlemen* e, como diz André Siegfried: «Na escala dos valores, eles colocam o carácter antes da inteligência e da ciência.»²⁴

A noção de *gentleman* nasceu do fundo moral da raça anglo-saxónia, em que abundam as iniciativas ousadas, as vontades firmes, a confiança invencível e o optimismo invulnerável.

Deste património, constituído por virtudes acumuladas durante séculos, surgiu o *gentleman*, tipo de *élite*, a quem uma disciplina, rigorosamente observada, impõe a maneira de ser aristocrática, com regras inflexíveis, que se aplicam desde o vestuário até à consciência religiosa, e dá à nação inglesa as condições necessárias para vencer gloriosamente todas as crises.

²³ Joseph Pouzin, *ob. cit.*

²⁴ André Siegfried, *ob. cit.*

INSTITUTO +LIBERDADE, 2021

info@maisliberdade.pt

NOTA

O conteúdo do presente documento pode ser partilhado e reproduzido para fins de uso pessoal, científico ou pedagógico, devendo obrigatoriamente incluir devida referência aos indivíduos nele mencionados e ao Instituto +Liberdade. Qualquer outra reprodução, nomeadamente para exploração comercial, republicação ou alteração, é estritamente proibida sem a permissão do Instituto +Liberdade e dos seus autores, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.

A menos que tal seja expressamente indicado, os pontos de vista dos autores do presente documento não são necessariamente, em toda a sua abrangência, os do Instituto +Liberdade.